

## Política

CONSTITUINTE

# SAEM OS MINISTROS DE ULYSSES

O ministro da Previdência, Renato Archer, pediu demissão ontem à noite, apesar dos esforços de Ulysses Guimarães para evitar essa decisão. Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia, disse que isso o deixou sem saída e não deixará Archer sozinho. Celso Furtado, da Cultura, manteve-se em silêncio.

O ministro da Previdência, Renato Archer, já não faz parte do governo Sarney. Ontem às 22h30, ele foi à casa do chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, entregar sua carta de demissão. A carta estava pronta desde a manhã, quando Archer se reuniu com alguns assessores para avaliar a situação que se criou depois do pronunciamento do presidente Sarney. A informação é do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), que disse não saber se os ministros Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia, e Celso Furtado, da Cultura, também iriam pedir demissão. Mas o próprio Luiz Henrique comentava ontem à noite sobre a demissão de Archer, "que isso me deixa sem saída e não posso deixar o Archer sozinho", dando a entender que também sairá.

Antes de tomar a decisão de entregar o cargo, Renato Archer esteve reunido em sua casa com vários parlamentares. Estavam presentes Bernardo Cabral, Heráclito Fortes, Ibsen Pinheiro, Cid Carvalho, Luiz Henrique, Ulysses Guimarães, Almir Gabriel e Nelson Jobim. Toda a cúpula do PMDB ficou contra a sua saída do Ministério. Apenas o deputado Nelson Jobim concordou com a decisão de Archer. O ministro Celso Furtado não compareceu à reunião.

Ulysses ficou muito aborrecido com a saída de Archer. A reunião havia sido muito dura e ele lamentava não poder comemorar sua vitória, referindo-se à aprovação em plenário do projeto de Constituição. Durante a reunião, Ulysses até procurou ironizar a situação quando percebeu que Renato Archer estava irredutível: "Já que os problemas de foro íntimo do Archer são mais importantes que as questões partidárias, então vamos deixá-lo sair". Depois, ele comentou diretamente com Archer: "Espero que você não seja responsabilizado por isso mais tarde".

### Carta pronta

O clima no Ministério da Previdência ontem era de despedida e de muita expectativa. Muitas reuniões fechadas, muitos cochichos pelos corredores e também muita boataria. No final do expediente, algumas fontes no ministério garantiam que Archer estava com a carta de demissão pronta para ser entregue a Sarney. Especulava-se também que a carta já teria sido entregue ao chefe do SNI, Ivan de Souza Mendes.

Alguns governadores estiveram com Archer no ministério ontem à tarde. O de Minas, Newton Cardoso, depois de uma rápida conversa com o ministro, levou-o à sala de imprensa, onde Archer ficou o suficiente apenas para deixar-se fotografar ao seu lado e sair apressadamente sem fazer nenhum comentário sobre o discurso de Sarney. Newton garantia que Renato Archer "continua ministro do PMDB e não pedirá demissão".



Celso Furtado



Luiz Henrique

## As decisões na longa noite na casa de Archer

Foi uma longa noite a de terça-feira, na residência oficial do ministro da Previdência Social, Renato Archer. Nas horas que se seguiram ao pronunciamento do presidente da República pela TV, de duras críticas aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, foram adotadas duas importantes decisões: o afastamento do governo dos ministros Renato Archer, Luiz Henrique e Celso Furtado e, a resposta de Ulysses, como presidente da Constituinte, à fala de Sarney.

Quando os convidados de Archer chegaram à sua residência, na QL 12, na famosa "Península dos Ministros", no Lago Sul, o ministro-anfitrião já tinha tomado sua decisão de deixar o governo, agora colocada como irreversível. O ministro repetiu a Ulysses, aos dois ministros e aos líderes Nelson Jobim, Ibsen Pinheiro e ao vice-líder Cid Carvalho as pressões pelas decisões em massa na sua pasta e o confronto envolvendo as novas despesas da Previdência.

O pronunciamento de Sarney irritou muito a todos, a começar pelas senhoras presentes — Maria da Glória, mulher de Archer e, Mora, mulher de Ulysses Guil-

rães. Ambas pressionaram os maridos — um não podia mais ficar no Ministério "até por uma questão de dignidade" e o outro não poderia deixar de dar uma resposta à altura. As duas foram atendidas pelos maridos.

O líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim, chamado à reunião por Ulysses, fez críticas duras ao pronunciamento de Sarney. O ministro Luiz Henrique e o líder Ibsen Pinheiro foram menos causticos — a exemplo de Cid Carvalho. Renato Archer foi muito incisivo: "Diante do que estava acontecendo com sua pasta e pela fala presidencial, sua única decisão seria a exoneração". Foi cumprimentado por Maria da Glória e Mora.

Os ministros Celso Furtado e Luiz Henrique garantiram a Ulysses que, saindo Renato, não poderiam permanecer. O presidente do PMDB, desta vez, não fez gestões para nenhum deles desistir da renúncia. O ministro da Cultura, ao anunciar sua decisão de acompanhar Renato Archer na demissão, não deixou de fazer críticas ao "descalço" da administração Sarney. Luiz Henrique foi mais comedido, limitando-se a solidarizar-se com Ulysses e Archer.

## Militares acreditam em bom senso

"O momento exige serenidade, equilíbrio e diálogo com as lideranças políticas. O momento é de acordo e eu acredito muito no bom senso e no patriotismo dos nossos constituintes. Ninguém quer jogar o País numa crise." A avaliação é do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, que, inclusive, acusa a imprensa de estar "criando clima de terrorismo no País".

"Hoje pela manhã, quando abri os jornais, achei que ia ter um golpe e eu não estava a par", ironizou o ministro. Ao culpar a imprensa, Moreira Lima isentou, no entanto, o governo de qualquer responsabilidade na produção das notícias, dizendo que esse "enfrentamento" entre a Presidência e a Constituinte não está sendo produzido no Executivo.

Moreira Lima minimizou a importância da reunião realizada no Palácio da Alvorada, no domingo, lembrando que, da mesma forma que o presidente Sarney os convocou para um encontro, ouviu também outros ministros civis com interesse na Constituinte.

Crise institucional e ministerial, "urutas" na rua, inaceitabilidade do texto da Carta Magna pelos ministros militares, tudo isso foi classificado pelo titular da Pasta da Aeronáutica como "especulação" ou "invenções".

O ministro acha mesmo que as divergências surgidas entre o Executivo e a Constituinte são ocasionais e disse endossar e concordar com o discurso de Sarney: "O presidente procurou alertar o País para as dificuldades que poderão surgir em seu governo, caso a Constituinte aprove alguns dispositivos que criam despesas muito altas".

No Exército, o ponto de vista de assessores do ministro e de generais não é diferente. O fantasma do golpe tem sido veementemente afastado, mesmo porque aos militares não interessa administrar uma crise econômico-financeira nos padrões da brasileira.

O ministro do Exército — debaixo de seu silêncio — aguarda o momento oportuno para falar, mesmo porque sua posição é que os militares não devem ser afastados do processo político da Nação. Ontem, ao meio-dia, segundo se soube, ele já tinha conhecimento das intenções demissionárias de alguns ministros ligados ao deputado Ulysses Guimarães. As 16 horas o ministro embarcou para o Rio, onde faz hoje uma palestra (possivelmente na ESG), devendo estar de volta a Brasília na sexta-feira.

A avaliação de militares do Exército e da Aeronáutica é que o presidente Sarney tinha todo o direito de falar em cadeia nacional, alertando a Nação para os riscos de alguns dispositivos, para não ser futuramente responsabilizado por grandes lacunas orçamentárias. É aqui, inclusive, que repousa uma das maiores preocupações dos militares com o texto constitucional: as repercussões que essas despesas terão em seus orçamentos anuais.

## E Sarney não vai pedir para ninguém voltar atrás

Se algum ministro quiser se demitir, o presidente Sarney não fará nenhum apelo a quem quer que seja para que permaneça. O recado, transmitido ontem pelo ministro Costa Couto, do Gabinete Civil, veio direto de Tefé, no Amazonas — e do próprio Sarney, ao ser informado sobre a onda de rumores que tomou conta de Brasília na sua ausência. Conforme se comentava, estariam demissionários os ministros mais ligados a Ulysses Guimarães: Renato Archer, da Previdência, Celso Furtado, da Cultura, e Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia.

Tais rumores causaram grande repercussão no Palácio do Planalto, onde assessores do presidente Sarney chegaram a levantar a hipótese de um próximo rompimento do PMDB com o governo, depois de identificar que tamanho barulho vinha do Congresso e de dentro do próprio PMDB. Foi só depois de muita insistência que Costa Couto resolveu fazer alguma declaração sobre a votação de ontem do projeto global de Constituição (403 votos a favor, 13 contra e 55 abstenções) — uma derrota para o governo. Costa Couto não considerou uma derrota: "O governo não tem nenhum projeto. O projeto é da própria Constituinte".

Muito nervoso e escolhendo as palavras, Costa Couto destacou que o presidente da Constituinte reconheceu que o texto abriga imperfeições — "reconhecimento este que também foi feito pelos líderes". Essas imperfeições, segundo Costa Couto, podem ser resumidas nas 1.844 emendas e 1.700 destaques que o projeto recebeu. "Ou seja, mais de 87% dos constituintes, exatamente 485, apresentaram emendas. Isso significa que os constituintes querem alterar o texto aprovado no primeiro turno", deduziu Costa Couto.

### Tensão

O clima era mesmo de tensão ontem, no Planalto — muito diferente da aparente calma que cercou o embarque de Sarney a Tefé e Uruçubá, onde participou do início da operação comercial de três poços de petróleo. Assim que o Lear Jet decolou, os ministros da Casa começaram a se ver às voltas sobre confirmações e desmentidos da demissão dos ministros. Costa Couto, Ivan de Souza Mendes, do SNI, além dos assessores da Presidência, procuravam manter Sarney informado sobre os movimentos da Constituinte, através de sucessivos telefonemas.

Os assessores evitavam a imprensa, não queriam fazer declarações. O porta-voz Carlos Henrique repetia desconhecer qual-

quer fato concreto sobre demissão de ministros. "Ignoro, não sei", repetia também o general Ivan. E, sobre o pronunciamento de Ulysses, Ivan continuou na mesma linha de resposta: "Não posso achar nada".

O consultor-geral da República, Saulo Ramos, negou-se até a aparecer. Só chegou a seu gabinete às 15h20, para ouvir o pronunciamento de Ulysses, que chegava pelo som instalado em sua sala, com linha direta para o Congresso. Depois, Ramos dirigiu-se ao gabinete de Costa Couto onde participou de uma reunião com o general Ivan e o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu. A saída, Abreu garantiu que o tema tratado foi a definição das normas para o orçamento de 1989. E sobre a onda de demissões, Abreu disse desconhecer.

Costa Couto disse mais ao sair da mesma reunião. Garantiu que Sarney nada comentou sobre o resultado da votação: "Tudo o que tinha a dizer, ele disse no pronunciamento de terça-feira". Sobre uma carta de demissão de Renato Archer, Couto afirmou apenas não ter recebido. E encerrou bruscamente a entrevista. "Confiem em mim. E tudo o que posso dizer a vocês por agora", disse aos esportes — e foram essas suas últimas palavras antes que se fechasse a porta do elevador que o conduziu de volta a seu gabinete.

### Em Uruçubá

A expressão tensa e séria do presidente Sarney contrastava com a informalidade de sua roupa quando ele desceu do helicóptero, ontem, às 11 horas e 30 minutos (hora local) na área do poço de petróleo de Uruçubá, em Coari, no Alto Amazonas (ver página 11). Sarney, pela primeira vez, abandonou o jaquetão e chegou vestindo calças de tom bege, com uma "botadeira branca" — uma camisa mexicana, que ele ganhou em Acapulco, e se assemelha a um jaleco de médico, com detalhes de preguinhas.

Mas nada fez com que o presidente Sarney falasse em política, ontem, enquanto estava em Uruçubá. Ele não quis comentar a provável saída do ministro Renato Archer de seu governo. "Se eu falar sobre isso, vocês não darão outra notícia", argumentou, tentando demonstrar tranquilidade e acrescentando que a informação de ontem era o início da produção comercial de petróleo na Amazônia. Sobre o comportamento da Constituinte após o seu pronunciamento de terça-feira declarou apenas que "ela tem que servir a este país que nós estamos providenciando". Mas a tensão era evidente.

## Um sério erro estratégico

O ministro Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, recebeu um telefonema às 10 horas de ontem do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), com um pedido: os ministros militares deveriam fazer um apelo final ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para adiar a votação do projeto para segunda-feira, criando espaço para negociações. O ministro respondeu que já estava conversando com quem podia, mas não queria interferir. E aproveitou para desmentir notícias de que iria à televisão responder ao presidente da Constituinte.

Foi a última tentativa dos constituintes afinados com o governo para tirar algum efeito do pronunciamento do presidente Sarney. A noite, líderes do Centrão e do PFL já admitiam que houve um sério erro estratégico do governo. O discurso foi feito muito em cima da votação sem dar tempo para produzir impacto na sociedade que refletisse nos constituintes.

A idéia de Sarney ir à televisão surgiu na última reunião do Conselho Político, para revelar o custo da Constituinte que os ministros João Batista de Abreu e Paulo César Ximenes não conseguiram apresentar durante o encontro. O termo "governabilidade" também foi cunhado na mesma reunião, através da manifestação do ministro João Batista de Abreu: "Nossa luta é para preservar a governabilidade" — disse ele. O presidente iria fazer alarde da situação em que ficaria o País, "para se ressarcir das críticas de ter sido omissos no primeiro turno, preocupando-se somente com o mandato" — admitiram os líderes gover-

nistas. Nenhum ministro ou assessor do presidente ou constituinte a ele ligado desestimulou o pronunciamento.

A partir dessa reunião, como mecanismo de pressão, o líder José Lourenço levantou a tese de zerar a Constituinte, alardeando sua admiração por Dom Pedro I, sem receber vetos do governo. Durante a reunião com os ministros do Conselho Político, ao contrário de desestímulo, Lourenço ouviu gargalhadas quando disse, apontando o retrato do imperador: "Aquele, sim, é macho". O discurso passou a ser discutido entre ministros e assessores. Domingo à noite, Sarney reuniu-se com os ministros militares e, segunda-feira, às 12h20, depois de duas horas de reunião com o ministro Ivan de Souza Mendes, do SNI, comunicou aos líderes políticos a decisão de fazê-lo.

O governo, entretanto, omitiu-se em planejar uma ação para depois do discurso. "Não havia uma estratégia para aproveitar o impacto" — lamentam seus líderes. Agora, resta a Sarney e aos constituintes a ele ligados duas alternativas. Negociar os pontos que o PMDB aceita, e estes são uns 20, na avaliação do PFL, trazendo a Brasília quórum para decidir no voto apenas alguns dispositivos. E a segunda, mais drástica, é negar quórum para realização da sessão, adiando indefinidamente a votação das emendas, sem que a Constituinte não ficaria aprovada. Para isto, é preciso saber com quantos constituintes o governo ainda pode contar.

O deputado Gilson Machado (PFL-PE), do Centrão, que votou contra o projeto, dis-

se que já esperava o resultado da votação, pois nunca acreditou que seu grupo reunisse mais de 80 parlamentares dispostos a ficar contra a iniciativa. Na sua opinião, "a Constituinte está sendo feita para palanques eleitorais. Por isso, deve sofrer modificações sérias antes do tempo previsto para sua revisão".

Outro pefelista do Centrão e que também votou contra o projeto, o deputado Paes Landim, considerou "ruim" o resultado. Mas admitiu que já era esperado. Ele argumentou que, não fosse o discurso emocionado do presidente Ulysses Guimarães, o projeto teria recebido mais votos contrários.

"Isso é clima de fim de governo" — comentava Ricardo Fiúza, um dos líderes do Centrão, referindo-se à aprovação do projeto, depois de Sarney ter discursado em cadeia nacional para advertir sobre os riscos da adoção do texto constitucional sem modificações. "Se não havia nenhuma estratégia para sustentar o pronunciamento, não deveriam ter exposto o presidente da República a fazer um discurso que não gerou consequências ou teve qualquer influência na votação do projeto." Fiúza disse ainda ter ficado surpreso com esse fato, e ainda mais impressionado quando foi procurar o líder governista Carlos Sant'Anna, ontem pela manhã, para saber qual a estratégia que o governo adotaria em plenário para evitar a aprovação global do projeto. Mas encontrou Sant'Anna a discutir com peemedebistas a convenção nacional do partido.

## Magalhães: governo teve dia negativo.

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, admite que o governo entrou ontem para a sessão da Constituinte sem uma estratégia de votação definida. Ele criticou o discurso do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, considerando-o "uma peça esculhambada com caldo verde e bacalhau", mas atacou também a atuação do líder do PFL: "O José Lourenço ficou lá, gritando, quando deveria estar congregando forças".

O dia de ontem para o governo foi "extremamente negativo" na opinião do ministro. Durante o dia, seu gabinete estava frequentadíssimo. No final da tarde, quando já se conhecia o resultado da votação, Magalhães recebeu o deputado Júlio Campos,

ex-governador do Mato Grosso, que votara favoravelmente ao projeto de Constituição.

"Não posso lhe atender", disse o ministro a Campos. "O meu critério aqui agora será o seguinte: primeiro atender os 68 que se abstiveram ou votaram não, depois os que votaram pelos cinco anos de mandato. Como o senhor votou a favor dos cinco anos mas é também a favor do projeto, fica para o fim da fila."

Campos não se alterou com o sermão. "Depois que votamos o primeiro turno e o mandato, muita gente levou chute forte do governo", queixou-se.

Magalhães não considerou uma surpresa a aprovação do texto básico. "Era uma derrota esperada", observou, lem-

brando a "mobilidade" dos políticos que apoiam o governo: "Esse nosso pessoal é assim. Quando vê que vai perder, passa para outro lado".

A irritação de Magalhães cresceu no início da noite, quando a Radiobrás interrompeu a transmissão do discurso de Ulysses no Diário da Constituinte. Depois de receber um telefonema do ministro do Exército, ele pediu a convocação de uma cadeia nacional de rádio e televisão para retransmitir a fala de Ulysses. "Um discurso fraco, no qual ninguém prestaria atenção. Mas, por burrice de um funcionário da Radiobrás agora vai chamar a atenção do País inteiro", lamentou.

## Previdência: os números da discórdia.

Um rombo avaliado em cerca de Cz\$ 550 bilhões, até o final do ano. Essa a previsão otimista de técnicos da área econômica sobre o comportamento financeiro da Previdência Social sem levar em conta qualquer adicional proporcionado com a criação do novo sistema de seguridade social pela Constituinte. No ministério, porém, a garantia dos técnicos é de que a Previdência fechará o ano com as contas devidamente equilibradas e até com certo superávit. Mas ninguém até agora se dispôs a mostrar qualquer papel com os números.

Para alguns especialistas do setor, o pronunciamento do presidente Sarney, prevendo um rombo imediato superior a Cz\$ 1 trilhão com a criação do sistema de

seguridade social, não passou de um grande equívoco. Eles admitem que os assessores do presidente chegaram a essa cifra somando todas as despesas do sistema nos próximos dois anos. Mas não reconheceram se o equívoco foi proposital ou não. O documento que o ministro Renato Archer entregou semana passada a Sarney com os gastos da seguridade social admite que no próximo ano haverá um acréscimo de apenas Cz\$ 385,2 bilhões — a preços desse ano — o equivalente a 18% a mais nas despesas globais com benefícios — e tudo será devidamente coberto com a transferência para a Previdência.

Em 1990, segundo o documento do ministro, haverá um acréscimo de 30,80% so-

bre as despesas globais com benefícios, o equivalente a Cz\$ 6,5 bilhões — a preços também desse ano. O temor é que constituintes do Centrão consigam retirar do projeto justamente a taxa sobre o faturamento e o lucro das empresas, sobre o que existem muitas emendas supressivas. Se isso acontecer, técnicos do ministério reconhecem que então não haverá recursos suficientes para bancar as melhorias pretendidas com o novo sistema de seguridade social, já que o autor do projeto, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), teve como maior preocupação aliar a cada melhoria a respectiva fonte de custeio. Outras despesas com o sistema só ocorrerão a partir de 1990 e mesmo assim diluídas ao longo dos anos, garantem o senador e o ministro.



Renato Archer

Também estiveram com Archer o governador do Maranhão, Eptácio Cafeteira e o vice-governador de Pernambuco, Carlos Wilson, em nome do governador Miguel Arraes. Cafeteira saiu do encontro ironizando: "O cenário não é de quem está saindo do governo. Os papéis continuam em cima da mesa do ministro".

### Nada a declarar

No gabinete do ministro da Cultura, Celso Furtado, a única alteração da rotina ontem era justamente a presença constante da imprensa. O ministro recusou-se a dar entrevistas, limitando-se a informar através de seu coordenador de Comunicação, Vinícius Meyer, que sobre o assunto demissão não tinha nada a declarar. Os seus assessores diziam que, ao longo do dia, Furtado ligou várias vezes para o gabinete de Ulysses Guimarães, no Congresso, e havia ido para casa às 20h. A agenda de hoje, segundo os assessores, estaria mantida, com quatro audiências pela manhã.

Já o ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique, após negar que estivesse demissionário durante a entrevista coletiva que ele mesmo marcou para depois do encerramento da votação da Constituinte, era só elogios para Ulysses Guimarães. Ele ressaltava que o discurso de Ulysses "foi o fator que contribuiu para a superação do impasse ocorrido entre o Palácio do Planalto e a Constituinte". Luiz Henrique disse que o presidente Sarney lhe telefonou antes de fazer o discurso de anteontem, dizendo que a intenção não era o confronto, mas sim cumprir a sua obrigação como presidente da República. O ministro se recusou a fazer comentários, porque, segundo ele, "não cabe a um ministro comentar discurso de presidente".